

A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR: a relação institucional entre Secretaria de Educação e Universidade

Aida Maria Monteiro SILVA¹

Resumo: A formação continuada do professor tem sido objeto de estudos e de proposições, principalmente, nas últimas décadas, devido a necessidade de fortalecer a formação inicial do docente. Isto se justifica, de um lado, por ser esta uma atividade inerente ao trabalho do profissional da educação — a atualização permanente —, e do outro lado, devido a problemática da baixa qualidade de ensino nos diferentes níveis. O texto examina as orientações básicas que deram suporte às políticas de capacitação dos educadores, enfatizando-se a dos Coordenadores Pedagógicos das Secretarias de Educação do Estado de Pernambuco — 1987/1991 — e do Município de São Paulo — 1995/1996, em um processo de parceria com as Universidades.

Palavras-chave: Formação continuada; Capacitação professor; Políticas públicas; Ações educacionais; Gestão.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar as diretrizes básicas que deram suporte às políticas de capacitação dos educadores, destacando-se a dos Coordenadores Pedagógicos, das Secretarias de Educação do Estado de Pernambuco - período 1987/1991 - e do Município de São Paulo - 1995/1996, num processo de articulação com as instituições de ensino superior.

A capacitação em serviço no Brasil ganha campo, principalmente, nas últimas décadas, sob diferentes concepções e formas: desde o entendimento de

1. Professora da Universidade Federal de Pernambuco e Aluna de Doutorado do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da USP.

treinamento numa perspectiva tecnicista e comportamental, até a compreensão, mais recente, de capacitação, na direção da formação continuada e reflexiva do educador.

Isto justifica-se diante da problemática da baixa qualidade da educação do país, motivada entre outros fatores, pelo processo de expansão do ensino nos diferentes níveis e pela inexistência de políticas de formação do educador que atendesse às reais necessidades dos sistemas de ensino. Há décadas, o Brasil convive com grandes índices de evasão, 20% a 30% e de repetência - 30% a 40%, além da não universalização da escola básica. 20% em média das crianças em idade escolar ainda estão fora da escola.

Segundo Ribeiro (1992), 60% dos alunos que chegam à escola pública não terminam o ensino fundamental e apenas 3% dos alunos que concluem esse nível de ensino, não têm vivenciado experiências de repetência.

Ao compararmos a realidade educacional brasileira com a dos países da América do Sul, o Brasil apresenta desvantagem em relação ao ensino fundamental. As taxas de repetência são mais elevadas e mais estáveis. Em 1971, o país atingiu o índice de 55,8% e dez anos após, em 1984, apresentou uma diminuição pouco significativa - 54,3% (Schieffelbein, 1993).

Aliada a essas questões, grande parte dos alunos que ingressam na escola pública não conseguem apreender os conteúdos básicos e desenvolver habilidades necessárias para enfrentarem o mundo do trabalho.

Estudos da Fundação Carlos Chagas (1993) têm mostrado que apenas 52% dos conteúdos curriculares básicos são apreendidos pelos alunos, isto considerando-se a média do país. Em alguns Estados, principalmente, nas regiões Norte e Nordeste, este índice fica em torno de 38%.

Esta situação, segundo Rose Neubauer e Cláudia Davis (1993), alia-se à crise econômica que o país atravessa, provocando uma insatisfação na sociedade, que passa a exigir medidas emergenciais e mais produtivas por parte do setor público.

No entanto, a história da educação do Brasil tem mostrado que muitas das medidas emergenciais adotadas não têm sido bem sucedidas, a exemplo de alguns Programas de Capacitação à Distância, de treinamentos assistemáticos de professores e de projetos mais recentes, como: Centro Integrado de Atendimento à Criança-CIAC, Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente-CAIC, Plano Nacional de Alfabetização, entre outros.

Nestes programas e projetos foram alocados recursos vultuosíssimos, mas com resultados inexpressivos, em termos da melhoria da qualidade de ensino. Isto deveu-se, principalmente, aos processos como os mesmos foram gestados - à revelia da maioria dos educadores- e, pela falta de decisão política dos governantes, alguns não tiveram continuidade, acarretando desperdício da verba pública.

Assim, evidencia-se que são vários os fatores que interferem na qualidade da escola pública, desde a falta de decisão política dos nossos governantes, a condição de pobreza da maioria do povo brasileiro, dificultando o acesso à escola, até as questões endógenas da escola, tais como:

"a desarticulação e a inconsistência dos conteúdos curriculares; as difíceis condições de trabalho do professorado; a reduzida jornada escolar, decorrente da existência de turnos intermediários nas escolas; a falta de estímulo à reflexão crítica sobre a prática pedagógica ali realizada; a capacitação de docentes reduzida a treinamentos para o domínio de técnicas de desenvolvimento de habilidades e inexistência de clima cultural estimulador da discussão da crítica e da criatividade" (Pernambuco, 1988).

Concordamos com Nóvoa (1992, p.27), ao afirmar, que:

"a mudança educacional depende dos professores e da sua formação. Depende também da transformação das práticas pedagógicas na sala de aula e da mudança das organizações escolares e do seu funcionamento".

É neste contexto que a definição de políticas governamentais de capacitação continuada ganha campo e se torna imperiosa, até porque a mesma deve ser vista como um direito intrínseco ao profissional da educação, onde a escola possa de fato ser um ambiente educativo, em que

"trabalhar e formar não sejam atividades distintas" (Nóvoa, 1992, p.29).

Assim, a capacitação é entendida como um dos instrumentos de profissionalização do educador e como uma das formas de oferecer subsídios e suporte à implementação de determinadas políticas governamentais que buscam responder aos desafios da educação brasileira.

A universidade, neste campo, tem um papel fundamental. Como agente formadora deve buscar, nos sistemas educacionais, através da investigação cientí-

fica, elementos para a reflexão da sua própria prática. E, em relação à continuidade da formação do educador, é papel da universidade contribuir para uma constante atualização do seu conhecimento, processo que deve ser realizado em parceria com as instituições empregadoras e responsáveis diretas pela educação pública, que são as Secretarias de Educação.

É, nesta perspectiva, que procuraremos explicitar as diretrizes básicas norteadoras da política educacional do Governo de Pernambuco, no período de 1987/1991, destacando a política de capacitação para os Educadores de Apoio e a relação desta experiência com o Projeto de Capacitação de Coordenadores Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, sendo este realizado através de convênio firmado com a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FEUSP, no período de 1995/1996, e, em cujas experiências, fui protagonista.

A Política de Capacitação da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco - 1987-1991

A partir do entendimento de que a permanência dos índices de evasão e repetência na escola decorre não só de fatores socioeconômicos, mas, também, de fatores internos à escola, a Secretaria de Educação de Pernambuco via o professor como um dos elementos fundamentais para contribuir com a melhoria do quadro educacional do Estado.

Dessa forma, a política de capacitação dos educadores foi gestada no bojo das diretrizes que nortearam o trabalho da Secretaria da Educação, onde esta tinha como objetivo a concretização das metas do Projeto Político-social do Governo do Estado, e a educação constituía-se como uma das prioridades desse Projeto.

A elaboração desta política teve início em amplo debate sobre os rumos da educação do Estado - Fóruns Itinerantes -, processo que contou com a participação de educadores, alunos, pais e entidades da sociedade civil.

Durante o período de discussão, algumas diretrizes foram sendo definidas:

"a generalização da educação básica com qualidade, dando prioridade a ações que assegurassem o exercício da cidadania; a dignificação do trabalho do educador e a democratização do processo de concepção, gestão e execução da política

educacional, visando tanto concretizar os anseios populares imediatos, como favorecer a construção de um horizonte educacional amplo, que contemple simultaneamente os interesses das camadas populares e o próprio desenvolvimento científico e tecnológico do país" (Pernambuco, 1988, p.17).

Nesta direção, a Secretaria de Educação assumiu o compromisso de reorientar as políticas de ensino, a partir de uma concepção de educação que vincula Escola-trabalho-cidadania, onde a escola é entendida:

"como espaço privilegiado de socialização e apresentação dos conhecimentos sistematizados e de produção do saber, necessários à concepção e à intervenção na realidade social, na perspectiva de sua transformação" (Pernambuco, 1988, p.25).

Assim, a política de ensino para a escola pública do Estado deveria articular o conhecimento teórico sistematizado com a realidade social, de tal forma que possibilitasse a compreensão das múltiplas determinações das práticas sociais concretas, onde a educação tem um destaque.

Neste entendimento,

"o currículo tem como referência a realidade, na sua complexidade e contradições, devendo as ações pedagógicas permitirem a efetivação da relação entre sujeito e objeto, e propiciarem uma reflexão crítica sobre o próprio conhecimento, na sua relação com a realidade" (Pernambuco, 1988, p.25).

Para a materialização dessa política educacional era imprescindível e urgente elaborar e implementar uma política de resgate da profissionalização do docente, que pudesse contribuir para a dignificação do seu trabalho, onde a capacitação ocupasse papel fundamental.

A formação cartorial e burocratizada do educador, alienada a uma prática de trabalho que não prioriza o estudo, levando o educador a um processo de afastamento dos conhecimentos que estão sendo produzidos ao longo da história, não podiam responder, de forma satisfatória, a concretização de uma política educacional nesta direção.

Assim, foi tomando corpo a política de capacitação dos educadores envolvidos com a educação na esfera estadual, e, neste bojo, a capacitação dos Coordenadores Pedagógicos.

Um dos objetivos da Secretaria era o estabelecimento de um clima cultural estimulante, com um debate permanente sobre as questões educacionais que deveriam subsidiar os conteúdos das capacitações.

Neste sentido, a capacitação é entendida:

"como uma atividade que não é paralela às atividades escolares, buscando no cotidiano da escola o seu conteúdo de reflexão-teorização-instrumentação-transformação. Deixando assim de ser informação e treinamentos de novos conhecimentos e habilidades, passando a ser investigação coletiva da problemática real, transformada em temática educacional, possibilitando a articulação dos diversos saberes (sistematizados, empíricos, teóricos, práticos) ampliando o grau de percepção e consciência dos sujeitos do processo - especialistas, professores, alunos-, revelando possibilidades e diferentes alternativas de ação" (Pernambuco, 1987, p.3).

A partir da compreensão da capacitação como processo contínuo e sistemático e, na tentativa de resgatar a função pedagógica do Coordenador, foi necessário redimensionar esta função, uma vez que a maioria dos Coordenadores Pedagógicos tinha formação na Licenciatura de Pedagogia. Esses profissionais, que atuavam no atendimento generalizado aos professores de diferentes níveis e áreas de conteúdo, passaram a desenvolver seu trabalho nas áreas de: Pré-escola à 4ª série do 1º Grau, Educação de Adultos, Educação Especial e Magistério de 2º Grau.

Este processo de reorganização das funções do Coordenador Pedagógico gerou uma nova denominação desse profissional - *Educador de Apoio*, na perspectiva de que este pudesse:

"desenvolver um processo contínuo sistemático e coletivo de reflexão-teorização-sistematização-reconstrução da prática pedagógica na escola, priorizando as reais necessidades e possibilidades da comunidade escolar na ação científica da explicação do real, instrumentalizando o aluno para intervenção na realidade social. Apoiar a escola na organização da sua gestão colegiada, envolvendo professores, alunos, comunidade, contribuindo efetivamente enquanto organizador da cultura da escola, para a qualificação de sua prática social" (Pernambuco, 1987, p.4).

Assim, a capacitação do *Educador de Apoio* efetivou-se mediante amplo convênio com as quatro Universidades de Pernambuco, em um total de 44

Departamentos envolvidos. O processo foi iniciado objetivando preparar os *Educadores de Apoio* para a seleção interna, instituída pela Secretaria de Educação, com vista ao preenchimento de vagas para a referida função. Esta foi uma tarefa assumida por esta Secretaria em acordo com o Sindicato da categoria.

É importante destacar que o *Programa de Capacitação para o Educador de Apoio* foi elaborado de forma orgânica, para ser desenvolvido simultaneamente, em nível de sistema, nos dezessete Departamentos Regionais de Educação de todo o Estado. Para isto, foram utilizados vídeos, apostilas e a rede de televisão estadual, como formas de garantir a unidade, em termos das diretrizes que orientavam a política de capacitação.

A universidade participou diretamente desse processo nos diferentes momentos: na elaboração, execução e avaliação do *Programa de Capacitação*, através de debates, seminários, encontros sistemáticos e em cursos de aperfeiçoamento e especialização.

A capacitação era realizada quinzenalmente, e o trabalho foi desenvolvido através de círculos de estudos. Os conteúdos tinham como referências: a leitura do cotidiano escolar, seus condicionantes estruturais e conjunturais, suas dificuldades e possibilidades, em confronto com um referencial teórico que contribuíse para explicitar as questões colocadas por este cotidiano.

Nesta direção:

"a sala de aula é vista como um espaço por excelência desta investigação, sem perder a visão de totalidade da prática social-escolar, cujo registro sistemático é o conteúdo básico da capacitação em serviço" (Pernambuco, 1987, p.5).

Este processo estimulou a universidade rever os currículos de alguns cursos, especialmente o de Licenciatura em Pedagogia, devido as novas exigências que estavam postas pela política educacional do Estado.

É importante destacar que este foi um período de muita mobilização dos educadores em todo Estado, em termos de novas demandas de estudos, uma vez que, o programa de capacitação foi desenvolvido simultaneamente com o processo de seleção interna, para preenchimento de diferentes cargos da Secretaria de Educação.

O Projeto de Capacitação da Secretaria Municipal de São Paulo/Faculdade de Educação da USP 1995-1996: especificidades e aproximações com a política de capacitação da Secretaria de Educação de PE

O Projeto de Capacitação dos Coordenadores Pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo surge em um momento de grandes reivindicações dos educadores, especialmente, em termos da capacitação continuada e em serviço.

Por outro lado, o debate instalado no Brasil, principalmente, a partir da década de 80, coordenado pelas entidades de classe e com a participação do Movimento de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador, atualmente, Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE, colocava em questão a identidade do Coordenador Pedagógico, motivando a implantação de *Programas de Capacitação* para este profissional.

A busca da identidade do Coordenador Pedagógico, na perspectiva do resgate pedagógico, foi um dos elementos que norteou a realização de várias experiências, entre elas as das Secretarias de Educação do Estado de Pernambuco e do Município de São Paulo. Esta última, em convênio com a Universidade de São Paulo.

Conforme orientação desta Secretaria, é competência do Coordenador Pedagógico:

"participar e assessorar o processo de elaboração e execução escolar, coordenando e avaliando as propostas pedagógicas da escola, consideradas as modalidades de ensino e os seus turnos de funcionamento; participar da definição de propostas de articulação das diferentes áreas do conhecimento; estimular, articular e avaliar projetos da escola; acompanhar o processo contínuo de avaliação, nas diferentes atividades e componentes curriculares. Identificar e orientar educandos que apresentem necessidades de atendimento diferenciado, bem como participar da proposição, definição e elaboração de propostas de capacitação em serviço" (São Paulo, 1995).

O cumprimento dessas funções exige desse profissional a aquisição de novas competências, e, como sabemos, a formação inicial deste educador não dá conta dessas exigências, bem como, de outras, que são colocadas pelo avanço nas diferentes áreas do conhecimento. Isto reforça a necessidade de definição de po-

líticas governamentais direcionadas para uma maior qualificação do educador, tendo em vista a melhoria da escola pública.

Por sua vez, a Universidade e, no caso a Faculdade de Educação da USP, vem desenvolvendo estudos e pesquisas sobre a escola pública e assume o compromisso de trabalhar para a avanço dessa escola.

Assim, a Universidade cumpre o papel e a função de socializar a produção do conhecimento científico acumulado, uma de suas principais funções.

Nesta direção, o *Projeto de Capacitação para os Coordenadores Pedagógicos*, intitulado, "O Coordenador Pedagógico: Identidade em Construção", teve a participação direta da USP, na elaboração, execução e avaliação, com objetivos de: instrumentalização desse profissional, no sentido da ampliação da sua competência; oferecer subsídios teórico-práticos ao aprimoramento do seu trabalho, ajudando-o a identificar os limites e as possibilidades a partir da sua realidade concreta de trabalho e no resgate da sua identidade pedagógica.

Percebemos, neste ponto, aproximações com o trabalho desenvolvido no Estado de Pernambuco, no que se refere ao convênio com a instituição formadora, que é a universidade. No entanto, a elaboração das diretrizes básicas e das linhas gerais do trabalho de capacitação ficou sob a coordenação da Secretaria de Educação desse Estado.

No caso da experiência de São Paulo, a elaboração, coordenação e execução do *Programa para os Coordenadores Pedagógicos*, ficou sob a responsabilidade da Faculdade de Educação da USP. Entretanto, participaram de todas as etapas alguns técnicos da Secretaria Municipal de São Paulo, além dos docentes do Curso, mostrando, assim, um verdadeiro trabalho de parceria.

Durante a construção da proposta, envolvendo educadores com diferentes concepções, desenvolveu-se um exercício contínuo de convivência, de respeito a diversidade, de democracia e de construção coletiva e participativa. Isto só foi possível, devido a consecução de um projeto comum que possibilitou unidade de trabalho à equipe. A troca de experiências nos momentos de avaliação, através dos relatos das práticas desenvolvidas, das dificuldades e dos avanços reforçou momentos de participação com todo grupo, o que contribuiu para grandes aprendizagens.

Estas aprendizagens foram freqüentes também na experiência de Pernambuco, sendo que esta se deu de forma mais ampla, devido aos diversos convênios realizados com o conjunto das universidades locais.

Fica claro que o fortalecimento do movimento dos educadores, tanto em São Paulo, como em Pernambuco, foi um dos elementos mais significativos na reivindicação junto às Secretarias, para a realização de *Programas de Capacitação em Serviço e Continuada*.

O total engajamento da universidade nas duas experiências foi um dos pontos decisivos para a obtenção de resultados bastante positivos. Além disso, esses resultados são fontes de pesquisas e devem ser utilizados como processo de realimentação do trabalho dentro desta instituição.

É nesta direção que compreendemos ser possível a universidade cumprir com o seu papel social, como uma das formas de extrapolar os seus muros para intervir em uma realidade concreta na contribuição da construção do cidadão, sendo este entendido enquanto sujeito crítico, autônomo, criativo, comprometido com o projeto de sociedade na qual está inserido.

Bibliografia

- NÓVOA, Antônio (Coord.). Os professores e sua formação: São Paulo: Nova Enciclopédia, 1992. 157p.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. Plano Estadual de Educação: 1988/1991. Recife: s.n., 1988. 125p.
- _____. Documento da proposta de capacitação em serviço dos educadores de apoio na escola. Sl.: s.n., 1988.
- RIBEIRO, Sérgio Costa. A pedagogia da repetência. Estudos Avançados, São Paulo, n.5, p.121-30, jun. 1992.
- SÃO PAULO (cidade) Secretaria de Educação/ Universidade de São Paulo Faculdade de Educação. Projeto: Capacitação de Coordenadores Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. São Paulo: s.n., 1995.
- SHIEFELBEIN, Ernesto. Repetición: la última barrera para universalizar la educación primaria de América Latina. Boletín: Proyecto Principal de Educación em América Latina y el Caribe, Santiago, n.18, p.7-30, 1989.
- SILVA, Rose Neubauer; DAVIS, Cláudia. É proibido repetir. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, n.7, p.5-44, jan./jun. 1993.
- VIANNA, Heraldo Marelím; GLAÚCIA, Torres Franco. Avaliação do rendimento de alunos de escolas do 1º grau da rede privada: pontos críticos e convergência. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, n.7, p.113-131, jan./jun. 1993.

Abstract: A professor continued education has been an object of studies and proposals, mainly during the last decades, due to the necessity of consolidating an initial teacher training. It is based, on one side, in a very closed activity to the teacher professional work in the area of education - a continued update process -, and on the other side, in order to attend the problems produced by the low quality of teaching in the different levels. The text examines the basic orientations that had done support to continuous education politics for teachers with emphasis in the "Coordenadores Pedagógicos das Secretarias de Educação do Estado de Pernambuco — Pedagogical Co-ordinators of Pernambuco State Secretariat of Education -1987/1991 — and of São Paulo city -1995/1996", in a shared process with Universities.

Keywords: Continuous education - Teacher training - Educational politics - Educational activities - Administration.

*(Recebido para publicação em 25.11.96
e liberado em 10.03.97)*